

**ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2020, NA PLATAFORMA ONLINE MICROSOFT TEAMS – COM A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS TITULARES:** Roseli (RPR), Alderon Pereira (Rede Rua), Laura Salatino (CLGDH), Giulia Patitucci (SMDHC); **CONSELHEIROS SUPLENTEs:** Robson Mendonça (RPR), Anderson Mendonça (MNPSR), Patrícia Rizzardo (Instituto Human), Marcelo Romão (IBECEI), Regina Manoel (OAF), Maria Lisabete (SMADS), Nicolau (SMSU); **PARTICIPANTES:** Rosiene Silverio, Paula, Andrea, Cassia Fellet, Katia, Camila Aguiar, Tuca, Sebastiana, Fábio Fajohn, Julia Lima, Luciana Carvalho, Maria Magdalena, Rafael Silva, Daniel, Rodrigo Ferreira, Jussara, Luiza Burgareli, Andrea Oliveira, Daniel Baggio, Camila Aguiar, Aline, Tião.

Após aprovação da ata da 76ª Reunião Ordinária do Comitê PopRua foi apresentada a pauta da reunião sobre acolhimento em barracas. Foi solicitada questão de ordem por representante da sociedade civil do Comitê sobre o formato da reunião: sugeriram que fosse apresentado o projeto da sociedade civil sobre o tema. Sr. **Anderson** (MNPSR) pontuou que foi feita uma carta da sociedade civil apresentada em reunião com o Vereador Eduardo Suplicy. Sr. **Alderon** (Rede Rua) pontuou que a carta está sendo divulgada e que foi feita uma proposta do Fórum da Cidade para um projeto de acolhimento em barracas simplificado, utilizando-se de estruturas e políticas públicas já existentes em SMDHC, SMADS e SMS.

A Sra. **Laura** (CLGDH) pontuou que sociedade civil e governo estão partindo de pressupostos diferentes quanto à estrutura do projeto, por isso seria fundamental a apresentação do projeto pensado pela sociedade civil. Questionou se este projeto pode ser executado por outras secretarias como SMDHC, pois pontuou que o objetivo do projeto não é ser uma nova modalidade de centro de acolhida.

A Sra. **Giulia** (SMDHC) pontuou que a SMDHC foi consultada quanto à disponibilidade de realização deste projeto e foi concluído que esta atribuição está relacionada à SMADS. A Sra. **Regina** (OAF) pontuou que a sociedade civil não concebe projeto com a estrutura e custos previstos por SMADS, e solicitou que o diálogo seja feito de forma mais ampla com as questões propostas. O Sr. **Tomás** (SMADS) pontuou que considera a conversa sobre o tema fundamental para que se possa chegar a um consenso por parte de governo e sociedade civil. Sobre os custos de RH pontuou que é possível reduzir, porém existe um mínimo de RH ou estrutura física que o poder público terá que respeitar na implementação, como profissionais para realização de alimentação e limpeza

do local. Sugeriu que seja feita discussão técnica sobre o projeto e que a sociedade civil aponte as sugestões de alteração para análise sobre o que é possível implementar.

Foi apresentado pelo Sr. **Tomás** (SMADS) os pontos gerais do projeto de Acampamento Social apresentado ao COMAS. Foi também feita apresentação do projeto elaborado pelo Fórum da Cidade pelo Sr. **Alderon** (Rede Rua). A partir da apresentação das duas propostas a Sra. **Giulia** (SMDHC) fez um resumo dos aspectos não comuns entre os dois projetos apresentados para que possam ser discutidos ponto a ponto:

1. Projeto da SMADS parte de um entendimento que é um projeto de alta complexidade
2. Projeto da sociedade civil propõe acolhimento de crianças e adolescentes acompanhadas de seus responsáveis
3. Projeto da sociedade civil propõe que SMDHC/SMTUR faça a gestão
4. Projeto da sociedade civil propõe máxima de 50 barracas e projeto da SMADS propõe número máximo de 50 pessoas
5. Projeto da sociedade civil propõe o seguinte RH: porteiro, segurança e 3 orientadores socioeducativos
6. Projeto da sociedade civil propõe que a alimentação seja fornecida pelo Projeto Rede Cozinha Cidadã

O Sr. **Rodrigo** criticou a premissa do acampamento, por ser um espaço que não ofertará condições básicas de segurança e infraestrutura; sugeriu que fossem cogitadas outras estruturas como prédios desocupados no centro para garantir que as pessoas sejam acolhidas com mais humanidade; colocou o posicionamento contrário do Instituto Human à proposta do acampamento social. O Sr. **Anderson** (MNPSR) pontuou o caráter emergencial do projeto necessário tendo em vista a frente fria e a pandemia da Covid-19, e pontuou que as outras alternativas de saída da rua para pessoas nesta situação não estão sendo colocadas de lado, sendo a habitação ainda uma questão fundamental na luta por direitos; pontuou que outras questões além da assistência social estão sendo pensadas. O Sr. **Robson** (RPR) pontuou que a luta por habitação não foi deixada de lado e não é contrária ao acolhimento social pensado no projeto; pontuou que o projeto tem caráter emergencial de acolhimento para pessoas que não estão acessando a rede socioassistencial; pontuou também que é necessário que o projeto tenha previsão de cadastramento para habitação e encaminhamento para acolhimento; pontuou que é necessário pensar nas vidas que estão sendo perdidas todos os dias daqueles que estão

em situação de calçada. A Sra. **Rosiene** pontuou que a luta por habitação é longa e o processo de desapropriação de prédios por parte do poder público é demorado, por isso a urgência de projetos que acolham de forma rápida e emergencial a população mais vulnerável; pontuou que é necessário que o projeto seja realizado em local coberto, fora da exposição a chuva e sol. O Sr. **Marcelo** sugeriu que seja alterada a terminologia “complementar” da proposta de caracterização e que seja utilizado o termo “emergencial” ou “suplementar”.

O Sr. **Tomás** (SMADS) retomou os pontos de diferença levantados: sobre a capacidade do projeto, comentou que é possível aumentar a capacidade porém é importante definir o número máximo de pessoas, compatível com a infraestrutura disponível; sobre a localização, pontuou a necessidade de não restringir a localização na tipificação para termos a possibilidade de expansão para áreas da cidade além da central; sobre a alimentação, pontuou que o Cozinha Cidadã cobre atualmente o almoço, não outras refeições, pontuou que pode sair mais caro para a administração pública expandir o Cozinha Cidadã do que realizar a compra de refeições para o acampamento social; sobre articulação com o SEAS, tendo em vista a proposta reduzida de RH da sociedade civil, pontuou que SEAS não faz abordagem em espaço fechado, o que necessitaria uma nova tipificação do SEAS para possibilidade de atendimento em serviços; ainda sobre a diminuição de RH proposta, pontuou que algumas atribuições regulamentadas pela CLT não podem ser realizadas por qualquer tipo de profissional, então é necessário ter previsto pessoas para a limpeza e para a distribuição de alimentação no local; pontuou que a redução de RH é possível, mas é necessária a manutenção de um quadro mínimo de profissionais; sobre a questão de crianças e adolescentes pontuou que este requer diálogo com ministério público e conselho tutelar, pontuou que pela estrutura física e RH incompleto provavelmente a implementação não seria aprovada; pontuou também que o COMAS já se manifestou contrário quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes.

A Sra. **Laura** (CLGDH) pontuou que a apresentação de esclarecimento do que é possível ser abarcado por SMADS dentro das demandas da sociedade civil foi fundamental. Reiterou os pontos essenciais para a sociedade civil, sobre a redução de custos através da redução do RH, da importância da articulação em rede com as políticas públicas que já atendem a população em situação de rua. O Sr. **Alderon** (Rede Rua) pontuou que concorda com a reflexão do Sr. Rodrigo, porém a necessidade de um projeto como este parte das problemáticas materiais vividas pela população em situação de rua neste momento; pontuou que o propósito deste projeto era apresentar saída rápida de forma emergencial à situação de calçada, diferentemente da demora apresentada em

processos de garantia de moradia; questionou o que é possível mudar no projeto de SMADS a ser apresentado ao COMAS, e qual o valor pode ser reduzido do projeto original.

O Sr. **Rodrigo**, em resposta, pontuou que entende a questão da emergência, porém pontua que o acampamento pode ocasionar invisibilidade para população em situação de rua. Pontuou que o Comitê PopRua deve lutar por maior dignidade e visibilidade para esta população.

Sr. **Tomás** (SMADS) pontuou que a redução do RH impactará na qualidade do serviço prestado, e que não é favorável a alteração. Porém, pontuou avaliar ser possível a retirada do técnico psicólogo, auxiliar administrativo e a manutenção de apenas 1 (um) orientador socioeducativo por turno. Pontuou que o valor de redução corresponderia a 25% do valor total do projeto. Pontuou novamente que não defende a proposta de redução e que não garante que esta seja aprovada pelo COMAS.

A Sra. **Tuca** (SMS) informou que é representante da SMS no COMAS, e pontuou que o modelo que considera mais adequado para o trabalho intersetorial em um equipamento emergencial como este é o do SIAT (Programa Redenção); pontuou que é possível observar como está sendo a execução dos SIATs existentes, que foram criados a partir das estruturas do Atende; pontuou que fará o debate dentro da saúde sobre a importância da intersetorialidade neste projeto, e informou que as equipes de atendimento da SMS estão sobrecarregadas na região central, apesar do aumento das equipes de Consultório na Rua; propôs que a apresentação dos dados da saúde sobre poprua podem ser deixadas para a próxima reunião, pois não houve grande mudança nos números. Baixas Temperaturas: 2 óbitos; Covid-19: 28 óbitos.

O Sr. **Alderon** (Rede Rua) solicitou que novo projeto com redução de custos seja enviado à sociedade civil do Comitê PopRua para debate no âmbito do Fórum da Cidade. Sra. **Giulia** (SMDHC) indicou que o espaço legítimo para discussão do tema é o Comitê PopRua e que as reuniões são abertas e o Fórum da Cidade pode acompanhar. Propôs que seja feita a nova proposta de projeto com consensos construídos entre sociedade civil e governo com a redução de RH e exclusão de material socioeducativo representando 25% do orçamento e que esta seja enviada ao COMAS.

O Sr. **Tomás** (SMADS) pontuou que está sendo realizada expansão de 260 vagas em serviços de acolhimento para famílias. Em paralelo, a SMDHC e a SMADS estão articulando pesquisa com as famílias em situação de rua no centro para entender melhor a demanda e o perfil desta população, para formulação de políticas públicas mais aderentes às necessidades deste público. Pontuou também que se a decisão sobre aprovação do projeto for postergada o projeto só conseguirá constar na plenária do COMAS do fim de

setembro, para aprovação apenas em outubro. Por isso pontuou que se os principais pontos forem estes discutidos sugeriu que esta proposta seja levada imediatamente ao COMAS.

Sr. **Alderon** (Rede Rua) pontuou que talvez seja melhor suspender a discussão, para que a sociedade civil consiga debater o novo projeto. Pontuou também que é preciso garantir que este projeto não dê abertura a ações de higienização da população em situação de calçada.

O Sr. **Tomás** (SMADS) sugeriu que o documento fosse alterado pela SMDHC, a partir das sínteses construídas em reunião e enviado em nome do Comitê PopRua ao COMAS.

Sr. **Alderon** (Rede Rua) propôs que fosse suspensa a reunião neste momento, e que fosse feita nova reunião na sexta, 04/09/2020, às 15h, para retomada da discussão e encaminhamento final sobre o tema. A proposta foi aceita pela plenária.

Sra. **Regina** (OAF) questionou se esta proposta apresentada seria aceita pela SMADS. O Sr. **Tomás** (SMADS) pontuou que a aprovação precisa ser realizada pelo COMAS.

Encaminhamentos:

1. Será realizada reunião no próximo dia 04/09/2020 (sexta-feira) para continuar a discussão sobre o tema.